

Diário do Legislativo de 30/05/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 76ª Reunião Especial

1.2 - 77ª Reunião Especial

1.3 - 93ª Reunião Extraordinária

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATAS

ATA DA 76ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 22/5/2000

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Apresentação do Grupo Teatral Ponto de Partida - Palavras do Deputado Edson Rezende - Palavras da Sra. Regina Bertola - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Júlio - Carlos Pimenta - Doutor Viana - Edson Rezende - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - João Pinto Ribeiro - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauri Torres - Olinto Godinho - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

Atas

- O Deputado Aílton Vilela, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa as Exmas. Sras. Regina Bertola, Diretora do Grupo Teatral Ponto de Partida; Isabel Pompeu Motta, representante do

Secretário de Estado da Cultura, Sr. Ângelo Oswaldo; e os Exmos. Srs. Paulo Scarpelli, Prefeito Municipal de Barbacena; Fernando Brant e o Deputado Edson Rezende, autor do requerimento que suscitou a realização desta homenagem.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à comemoração dos 20 anos de fundação do Grupo Teatral Ponto de Partida, da cidade de Barbacena.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Apresentação do Grupo Teatral Ponto de Partida

- Procede-se à apresentação do grupo teatral.

Palavras do Deputado Edson Rezende

Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, representante do Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anderson Aduato; Ilmas. Sras. Regina Bertola, Diretora do Grupo Teatral Ponto de Partida, amiga de grandes lutas; Isabel Pompeu Motta, representante do Secretário de Estado da Cultura, Sr. Ângelo Oswaldo; Exmos. Srs. Paulo Scarpelli, Prefeito Municipal de Barbacena; compositor Fernando Brant; meus caros amigos do Grupo Teatral Ponto de Partida; amigos de Barbacena, amigos do Ponto de Partida, amigos da cultura e da beleza; imprensa: o mundo é mesmo mágico. O regional mineiro, o autêntico regional, hoje, se projeta e conquista dimensão universal, sintetizada na condição humana, na beleza, na arte e na determinação e coragem do Grupo Teatral Ponto de Partida.

Guimarães Rosa estava certo: "O mundo é mágico, as pessoas não morrem, ficam encantadas". É assim, encantando os sertões afora, as cidades, os países por onde passa, resgatando hábitos, costumes e tradições que o Grupo Teatral Ponto de Partida vai construindo sua história.

Não há dúvida. O que vimos aqui, o encanto do seu trabalho, deve-se à indiscutível capacidade de resgatar a riqueza do nosso cotidiano, o cotidiano das pessoas mais simples, a capacidade de resgatar a cultura popular, a determinação de preservar a nossa identidade cultural em tudo que há de mais belo.

Falo, senhores e senhoras, amigos, da preservação da nossa identidade regional, cultural, religiosa, o que, hoje, talvez, seja uma das tarefas mais difíceis que não só o Grupo Ponto de Partida, mas também todos os que neste País se propõem a fazer arte estejam enfrentando. Vivemos um processo de globalização que afeta a identidade cultural brasileira. Um país com a extensão territorial que o nosso possui, com diversos Brasis culturais dentro de si, certamente, perderá, se adotar uma proposta globalizante também para a cultura.

Entretanto, é preciso que a cultura brasileira, suas produções, seus padrões e suas expressões, decantadas ao longo de nossa história, resista a essa nova configuração mundial. O Grupo Ponto de Partida é um exemplo da resistência e, certamente, resistirá, porque fincou raízes e não abandonou a sua terra, o seu laço e a sua gente. A sua história demonstra, de forma profunda, sua indiscutível capacidade de resistência, desde os primeiros momentos.

Na verdade, o Grupo Ponto de Partida existe há mais de 20 anos. A partir de um sonho de juventude, nos idos de 1969, jovens de 18, 20 anos se organizaram para trocar experiências, viver sonhos e interagir durante um momento extremamente difícil que o País atravessava: os "anos de chumbo". Esse grupo iniciou-se com o nome de JUFÉ, Juventude, Força e Entusiasmo. Por dez anos, acalentaram o sonho de um dia se tornarem um grupo tão profundo e forte como é agora. Esses dez anos foram de acalento, de pensamento e de reflexão.

Estivemos juntos nesses tempos. Tive de ir para Juiz de Fora, para fazer Medicina, no final de 1970. Como se estivesse aguardando a volta, por dez anos, trocamos experiências. Tivemos encontros maravilhosos, em quase todos os finais de semana, os quais marcaram a minha vida e a vida de todos nós. Por isso, conheço os inúmeros esforços, tropeços e lutas que foram colecionados nesses últimos 20 anos, mas eram, na verdade, 30 anos de existência. O desafio maior era fazer arte em uma cidade pequena e provinciana. Mas o Ponto de Partida decidiu fincar raízes em Barbacena. Como eles mesmos dizem, fizeram uma opção: não se mudariam de Barbacena, mas não aceitariam os limites da província. Assim, o Ponto de Partida definiu as suas diretrizes, hoje tão bem expressas neste Plenário: originalidade, trabalho e competência.

Esse grupo, então, fincou raízes em Barbacena, as quais estão expressas no Projeto Roda Viva, que levou a Barbacena dezenas de artistas e intelectuais, como Fernando Brant, Adélia Prado, Afonso Romano de Santana, Fernando Sabino e Bartolomeu Queiroz, para refletir e discutir, com a população, aspectos da vida cultural, social e política. Que saudades do Projeto Bar em Cena! Que bons momentos tivemos lá, no Pedro II! Que saudades temos da década de 80, de Barbacena, do Ponto de Partida e da Faculdade de Medicina! Que aliança bonita! Até hoje, quando encontro os ex-alunos de Medicina, ouço dizerem: "Edson, aquela foi a melhor fase da minha vida, porque, lá, as idéias revolviavam, e as pessoas, indignadas, iam para a luta, cantavam e faziam greve". O Projeto Bar em Cena possibilitou ao público barbacenense e àqueles artistas iniciantes do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, como Paulinho Pedra Azul e tantos outros, uma experiência de interação maravilhosa.

E o mais ousado projeto - o de construir o trabalho de mobilização e comprometer o público de Barbacena - fez surgir o Clube dos Amigos do Ponto de Partida - CAPP -, que conta, hoje, com cerca de 1.200 associados, que são a base do grupo, do ponto de vista financeiro, de apoio, etc. Mas o Ponto de Partida não parou por aí e, como não poderia deixar de ser, investiu profundamente em sua própria formação, fazendo intercâmbio com grandes nomes, como Sérgio Brito, Natália Timberg, Bia Lessa, Nelson Xavier, Gilvan de Oliveira, que está presente, Cacá Carvalho, Ulisses Cruz, Fernando Peixoto, Fernando Limoeiro, Giramundo, Maria Azambuja, Eladio Perez Gonzales, Marcos Leite, Babaya, Jorginho de Carvalho, Aurélio di Simoni, Rainer Viana e, mais recentemente, a atriz Fernanda Montenegro, além de muitos outros.

Seu talento musical, merecidamente reconhecido hoje pelo público em suas produções musicais, como "Travessia", fez surgir o projeto de CDs, como o "Estação XV" e "Roda Que Rola", gravado com os meninos de Araçuaí, produções que foram premiadas e tidas como grandes produções culturais.

Foi assim que o Ponto de Partida, com talento, profissionalismo e coragem, saiu de Barbacena para os caminhos de Minas, do Brasil e de além-mar, conquistando prêmios e platéias, tendo se apresentado em mais de duzentas cidades do País, da América do Sul, da África e da Europa. Em Paris, representou o Brasil nas comemorações dos 50 anos da UNESCO. E fez isto de forma determinada, levando o cheiro, a cor, a fala, o jeito dessa gente brasileira, mineira, que tomou posse do seu gesto, determinou a sua fala, ensinou-lhes seu canto.

Nos últimos dois anos, o Grupo Ponto de Partida vem trabalhando com dezenas de empresas e entidades, buscando, no trabalho cênico do grupo, elementos para sensibilizar, motivar, conscientizar, formar seus funcionários e a comunidade envolvida em seu trabalho.

A história de ousadia e coragem do Grupo Ponto de Partida nos faz ver quanto há de belo em Minas Gerais e no Brasil, quanto este povo carrega de sabedoria, coragem e vontade de cantar a sua luta e a sua vida.

Gostaria, finalmente, em uma homenagem particular, de citar o poeta Carlos Drummond de Andrade: "Não serei o poeta de um mundo caduco. / Também não cantarei o mundo futuro. / Estou preso à vida e olho meus companheiros, / Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças. / Entre eles, considero a enorme realidade. / O presente é tão grande, não nos afastemos. / Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas. / Não serei o cantor de uma mulher, de uma história. / Não direi suspiros ao anoitecer, à paisagem vista na janela. / Não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida, / Não fugirei para ilhas nem serei raptado por serafins. / O tempo é a minha matéria, o tempo presente, / os homens presentes, a vida presente". Muito obrigado.

Primeiramente, peço desculpas, porque estou acostumada a pisar outra tribuna: o palco. Em segundo lugar, sou chorona de natureza e já estou fazendo um grande esforço para não chorar, emocionada.

Gostaria de cumprimentar o Deputado Doutor Viana, que representa o Presidente desta Casa; a Sra. Isabel Motta; o Dr. Paulo Scarpelli, que já viajou, em várias situações, comigo; o Deputado Ailton Vilela, que conheço agora; Fernando Brant, amigo de tanto trabalho, compositor do meu coração, nosso parceiro há anos no "Ponto de Partida"; e Edson, que ainda chamo pelo apelido de adolescência: "Padre". Enfim, fiquei pensando, que honra é essa a de ocupar uma tribuna... O que poderia falar? Imaginei que temos um ponto de contato: esta Casa, os atores e o "Ponto de Partida". Representamos a cultura, o povo brasileiro. E ser representante é uma coisa tão séria, tão absolutamente grande, que só o conseguimos com muita humildade e coragem. Quem tem a ousadia de, num tempo limitado de história, roubar os desejos e os sonhos, os pedaços de vida de tanta gente, e trazê-los na mão e dizer: "Olha, é isso que essa gente quer, sonha, deseja". Representar um povo é uma tarefa tão mágica, que exige o coração mais claro, os olhos mais limpos e a coragem maior, porque jamais podemos perder a fé. E esse povo há de se fazer uma Nação. E, às vezes, olho para os Deputados e tenho quase compaixão, porque quem representa tem de estar sempre desarmado, limpo, pronto para mudar, para abraçar. E esse sistema tão perverso obriga-os a ser sempre tão armados, tão solitários, tão sem tempo para ver essa gente que representam. Têm a cabeça tão cheia de projetos, que, às vezes, o coração não encontra tempo para adivinhar como é que bate o coração dessa gente. E digo: podiam, de vez em quando, passar para o palco. Não é mais fácil, mas é mais leve, talvez porque carreguemos esse povo com alegria. Apontamos, num personagem, fragmentos de várias pessoas: aquele, ali, é um pouco da D. Maria, do Sr. José, do Sebastião, aquele é um pedaço da gente brasileira, aquele é um representante do povo mineiro, que carregamos nessas malas pelo mundo afora. E quando estávamos em Paris, na UNESCO, e 1.300 pessoas levantaram e começaram a aplaudir, na terceira música, o "Ponto de Partida", chorávamos e tínhamos que entrar em cena porque sabíamos que não era a nós que aplaudiam, mas ao povo brasileiro.

É uma cultura fantástica a dessa gente mestiça que se inaugurou no universo, pois somos uma dinastia nova, mestiça, preparada para inaugurar e fundar reinos. Esse povo está aí, de mãos vazias, de olhos arregalados, olhando o mundo que caducou, quando tínhamos de olhar para dentro.

Quando olho para a história mineira, fico pensando que, quando o ouro brotou das entranhas das Minas Gerais e trouxe todo o mundo para cá, os artistas mais brilhantes de toda parte do Reino e da Colônia vieram para cá. Foi aqui, nas Minas Gerais, que um artista teve a coragem de fazer um anjo mulato mostrando para todos: olhe só, somos brasileiros, somos raça nova e somos mineiros, estamos pondo no mundo nossa marca.

Quando as orquestras barrocas tomavam as igrejas, com as irmandades, inauguravam uma música da melhor qualidade, como a da Europa. Estávamos construindo essas Minas Gerais. De repente, os políticos deixaram escapar os anseios do povo desta terra. De repente, Minas já não é o centro cultural do Brasil. Mas como, se é aqui que bate o coração do Brasil? Se foi das entranhas destas Minas que nossa identidade nasceu? Como é que fomos tão incompetentes deixando isso escapar de nossas mãos?

Por isso, acho importante estar aqui hoje. Recebemos uma herança maravilhosa do Barroco, e esta terra não parou de produzir artistas do porte de Guimarães Rosa, Drummond, Adélia Prado, Ary Barroso, Fernando Brant, Milton Nascimento e outros, e jornalistas, e deu ao Brasil exemplos de homens públicos que ninguém ousa não citar quando se fala na história desta terra. Porque deixamos escapar essa dignidade?

Acho que esta é uma boa parceria: os homens públicos, os artistas e o povo desta terra. Este povo que tem fé, porque é capaz de revirar toneladas de terras por um grama de ouro e tem o nariz empinado porque o sol fica no alto das montanhas. É daqui, do coração destas Minas, que construiremos um tempo novo se quisermos, se esta Casa quiser, mas, principalmente, se este povo quiser. Como quis o povo de Barbacena: que fôssemos essa coisa meio milagrosa: o único grupo no Brasil que vive profissionalmente no interior e viaja da África a Paris, do Jequitinhonha a São Paulo, porque o povo daquela terra assim quis.

Acho que é importante, hoje, que consigamos inaugurar esta parceria: os homens públicos e os artistas desta terra. Não vou falar do "Ponto de Partida", porque, senão, vou chorar. Mas queria falar um pouco do Edson. Nesse tempo de que falou, quando éramos adolescentes e que achávamos que nossa força era capaz de transformar o mundo, houve uma época em que estávamos nos instrumentalizando para ser alguém amoroso, capazes de amar. Agora, o "Ponto de Partida" vai fazer um espetáculo que se chama "O Tear Histórias de Amor".

Peguei por acaso o mesmo livro que li naquela época, de Erick Fromm, e ele nos ensinava algumas práticas de amor, de disciplina. Nunca vou esquecer que eu e Edson lemos o livro, e ele falava que o achava um bom exercício de amor.

Eu falava: qual é, Édson? Chego à pensão, vou direto à melhor fruta, mas penso que não vou pegar, vou deixar para alguém pegar. E aquilo foi tão forte para mim. Naquela pensão pobre, com pouca comida, ele não pegava a melhor fruta, deixava para alguém comer, porque se exercitava no amor. Ou quando se indignava quando subíamos aqueles morros, e a nossa fé era pequena demais diante de tanta miséria. Esse é o Édson, meu amigo, compositor - já defendemos música em festival -, que é cantor, que vira a noite cantando e que tem fé que o amor muda o mundo e que as pessoas são dignas. Não sei se ele se perdeu nesse tempo em não estivemos tão perto. Faço votos que não. Faço votos que nunca o poder e os caminhos da glória lhe roubem a vontade de ser um ser amoroso, porque, no final das contas, o que conta é a vontade de realizar as últimas conseqüências da sua humanidade e um dia falar: nesse tempo que tive, demarquei o meu caminho com a porção de humanidade que fui capaz de viver. E é isso. Que também esta Casa seja capaz de resguardar um pouco dessa fé no homem, dessa fé nesse povo. Estamos muito honrada por essa homenagem, principalmente porque veio da Casa que representa o povo mineiro. Será sempre a nossa maior homenagem o aplauso que recebemos a cada dia do nosso público. Muito obrigada. Tomara que tenhamos coragem de, outra vez, colocar essas Minas no centro desta Nação e falar que fundamos um reino de um povo mestiço, que tirou das suas raízes um mundo mais humano, um povo que canta, que canta a sua alma, que tem todas as palavras para dizer que, apesar de tudo, a vida vale a pena. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - É nessas horas que acreditamos que o coração fala.

Entrega de Placa

O Sr. Presidente - Vamos passar às mãos da Sra. Regina Bertola, com muita honra, placa alusiva a essa comemoração, com os seguintes dizeres: "A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais homenageia o Grupo Ponto de Partida em comemoração dos seus 20 anos de existência, durante os quais, com ousadia e criatividade, colocou a cidade de Barbacena no mapa cultural de Minas e do País, empregando o teatro, a música, a dança e outras formas de expressão cênica como recursos para levar ao povo de todas as classes e de todos os matizes o papel lúdico e transformador da arte."

Está sendo convidado também o Ivanet para receber a placa.

-Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Deputado Ailton Vilela, Secretário desta solenidade; querida Sra. Regina Bertola, Exma. Sra. Isabel Pompeu Motta, representando o Secretário de Estado da Cultura, Dr. Ângelo Oswaldo; Exmo. Dr. Paulo Scarpelli, Prefeito Municipal de Barbacena; Ilmo. Compositor Fernando Brant; meu querido amigo, colega médico e brilhante Deputado, embora no primeiro mandato, Edson Rezende, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, que muito nos honra e a toda esta Casa na noite de hoje, a atriz Fernanda Montenegro, uma das expoentes do teatro brasileiro, não faz muito declarou que seu relacionamento profissional com o Grupo Ponto de Partida, de Barbacena, tinha sido para ela uma experiência extremamente válida. Havendo desenvolvido com os artistas barbacenenses proveitosa interação, seu elogio chegou como reconhecimento do contributo de nosso homenageado à cultura mineira.

Nossas cidades históricas sempre se notabilizaram pelo zelo aos valores culturais. A partir de princípio do século XVIII, cidades como Ouro Preto, Mariana, Sabará e Barbacena, entre outras, constituíram pólo irradiador da música, bem como das artes plásticas e cênicas. A atuação do Grupo Ponto de Partida, assim, dá continuidade a essa tradição mineira e barbacenense.

O Grupo surgiu há exatamente 20 anos, quando um punhado de jovens talentosos e idealistas iniciou o movimento para trilhar os caminhos de Minas. Rompendo nossas fronteiras, desenvolveu centenas de projetos, começando pela formação de público. Vem promovendo, desde então, espetáculos de música e dança, com artistas oriundos de vários pontos do Brasil; faz realizar, periodicamente, conferências sobre os diversos aspectos do contexto socioeconômico brasileiro; publicou oportuno e atualizado suplemento cultural, além de formar sua própria companhia de repertório, a qual já se apresentou, com êxito, em várias partes do mundo. Distingui-lo, portanto, com esta reunião especial por iniciativa do brilhante Deputado Edson Rezende, representa o aval do Legislativo mineiro a um trabalho consistente e meritório.

Evidentemente que a trajetória de nosso homenageado já foi descrita com propriedade pelos oradores que nos precederam. Entretanto, fazemos questão de reiterá-la para expressar nosso entusiasmo por tê-lo aqui. A todos os integrantes do Ponto de Partida, as congratulações e a mensagem de incentivo da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença; cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de amanhã, dia 23, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição de 23/5/2000.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 77ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 25/5/2000

Presidência do Deputado Paulo Pettersen

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Sra. Ângela Maria de Freitas Palmeira - Palavras do Sr. Carlos Augusto Araújo Cateb - Palavras do Sr. Alberto Luiz Gonçalves Soares - Palavras do Sr. Túlio Vieira da Costa - Entrega de placas - Apresentação do Coral Pequenos Cantores da Serra - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Adelino de Carvalho - Agostinho Patrús - Ailton Vilela - Álvaro Antônio - Amílcar Martins - Antônio Júlio - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Elbe Brandão - Ermano Batista - Geraldo Rezende - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - Marcelo Gonçalves - Maria Olívia - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Paulo Pettersen) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa a Exma. Sra. Ângela Maria de Freitas Palmeira, Assessora Jurídica da AMAS; os Exmos. Srs. Carlos Augusto Araújo Cateb, Vice-Presidente da ASSPROM; Alberto Luiz Gonçalves Soares, Vice-Presidente do CEPEP; Túlio Vieira da Costa, Presidente da FUNDAMAR, e Ronan Tito, ex-Senador da República; a Exma. Sra. Rosalva Alves Portella, Secretária Adjunta de Desenvolvimento Social de Belo Horizonte, e o Exmo. Sr. Cap.-Capelão Luiz Januário dos Santos, representante do Comandante do CIAAR, Cel-Av. Francisco Lobo.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear a Associação Municipal de Assistência Social - AMAS -, a Associação Profissionalizante do Menor - ASSPROM -, o Centro Educacional Professor Estevão Pinto - CEPEP -, e a Fundação 18 de Março - FUNDAMAR -, pelo recebimento do Prêmio Bem Eficiente 2000.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Coral Pequenos Cantores da Serra, do CEPEP, coreografado pelo Sr. Luiz Adelmo Gomide e regido pela Maestrina Suely Laur.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Podemos afirmar - sem propósito de auto-elogio, mas como constatação - que esta Casa tem-se norteado por iniciativas que revelam sensibilidade e alto espírito público. Exemplo disso temos na noite de hoje, em que a Assembléia Legislativa presta homenagem conjunta à AMAS, à ASSPROM, ao CEPEP e à FUNDAMAR, que irão receber, em data próxima, o Prêmio Bem Eficiente 2000.

Nossos quatro homenageados desenvolvem trabalho igualmente meritório. Vejamos, para começar, a Associação Municipal de Assistência Social - AMAS -, cuja prioridade são programas para a promoção da cidadania das crianças, adolescentes e seus familiares. Ao atender preferencialmente os excluídos, a AMAS empenha-se, entre outras atividades, na educação infantil e na geração de trabalho e renda para adolescentes e adultos. Sua ação fala por si e dispensa maiores comentários.

Não menos valor tem a Associação Profissionalizante do Menor - ASSPROM -, que, promovendo o recrutamento, treinamento e seleção de adolescentes de baixa renda da Região Metropolitana de Belo Horizonte, encaminha-os para trabalhar em empresas e órgãos públicos. Aqui na Assembléia, somos testemunhas oculares do esforço da ASSPROM. Os queridos "guardinhas" estão conosco, ajudando-nos na labuta diária e enriquecendo-nos com seu convívio. A eles, a saudação afetuosa e agradecida deste parlamento.

O Centro Educacional Professor Estevão Pinto - CEPEP - não fica atrás das outras homenageadas. Concentra seus esforços em favor de crianças, jovens e famílias de baixa renda radicados na região Centro-Sul da Capital. Merece destaque o trabalho comunitário que faz por meio de oficinas culturais e iniciativas pertinentes à saúde, higiene, nutrição e assistência social.

Finalmente, a Fundação 18 de Março – FUNDAMAR - apresenta como amplos objetivos - e dando não menores resultados – a criação e o suporte de instituições educacionais, de pesquisa e de serviço social. Muito válida é a prioridade que reserva ao aspecto jurídico e cultural das exigências envolvidas, como o comprovam as bibliotecas e publicações que mantém.

Pois são essas as entidades que irão receber o Prêmio Bem Eficiente 2000 no próximo dia 26 deste mês, na cidade de São Paulo.

A Assembléia mineira – como Casa do povo, e atenta aos interesses maiores da população – não poderia se omitir nesta oportunidade. De fato, ver o trabalho de nossa gente reconhecido além das fronteiras do Estado enche-nos de orgulho. Quando esse trabalho diz respeito a aspectos críticos da realidade socioeconômica, como a saúde, a educação e o encaminhamento das futuras gerações, aí, então, é que nossa sensibilidade aflora.

Dessa maneira, é com grande satisfação que, em nome da Assembléia Legislativa, damos abertura a este evento. Podem estar certas a AMAS, a ASSPROM, o CEPEP e a FUNDAMAR de que sua obra não nos passa despercebida. Recebam seus dirigentes, colaboradores e beneméritos nossa mensagem de admiração e incentivo. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Ângela Maria de Freitas Palmeira

Exmo. Sr. Presidente da Mesa, demais autoridades, senhoras e senhores, boa-noite. Em nome da D. Maria Matta Castro, Presidente da AMAS, quero agradecer ao Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anderson Aduato, a todos os Deputados e aos demais membros desta Casa a homenagem prestada à AMAS, à ASSPROM, à FUNDAMAR e ao CEPEP, entidades mineiras que estão entre 50 vencedoras do Prêmio Bem Eficiente 2000.

A filantropia é uma atividade muito antiga no Brasil, e podemos citar como exemplo as Santas Casas de Misericórdia, fundadas no século passado. Mas apesar de tantos anos dedicados a contribuir para o desenvolvimento social e o combate à pobreza no País, as entidades beneficentes ainda precisam de muitos estímulos para que possam contribuir para a solução dos problemas sociais. É por isso que gostaria de ressaltar a importância desse prêmio para as entidades filantrópicas, pelo fato de ser um selo de qualidade conferido pela Kanitz Associados, que é uma empresa independente, idônea, com 20 anos de experiência em avaliação das melhores empresas brasileiras, e que contratou uma auditoria internacional para certificar-se de que não houve subjetivismos ou favoritismos na escolha das vencedoras.

Este selo de qualidade dará aos parceiros que investirem no nosso trabalho garantia e segurança de que estão trabalhando com entidades sérias.

Por meio desse prêmio, as quatro entidades aqui presentes foram reconhecidas publicamente como instituições transparentes, com resultados organizacionais, financeiros e operacionais eficientes, além de seus programas serem de grande impacto social.

É importante destacar que a premiação só foi possível para a AMAS graças ao trabalho diligente de todos os funcionários e colaboradores voluntários, ao apoio incondicional de nossos parceiros dos setores público e privado, além de agências internacionais de cooperação como a UNICEF, a União Européia, a Atravez, a AVSI, entre outras que vêm contribuindo para o nosso trabalho. Todos estamos de parabéns pelo trabalho que realizamos.

Está tendo um bom resultado o investimento que eles estão fazendo. Neste momento, quero agradecer também não só o setor público - principalmente, a Prefeitura de Belo Horizonte, que dá um apoio muito grande para a AMAS - como também outros parceiros. Dentre eles a UNICEF, a Comunidade Européia, a ATRAVEZ, AVSI, entre outras que vêm contribuindo para a realização do nosso trabalho. Vou fazer uma pequena demonstração do trabalho que temos feito e que está tendo um bom resultado. Primeiro, o atendimento e o encaminhamento de mais de mil adolescentes para cursos de qualificação profissional e para o mercado de trabalho; trabalhamos também com a construção de creches e a reforma do espaço físico. Já construímos 5 creches, reformamos mais de 57, além de termos implantado 117 brinquedotecas, beneficiando diretamente quase 18 mil crianças em todo o município; providenciamos o atendimento de cerca de 14 mil crianças na área de saúde bucal e a qualificação profissional em diversas áreas para mais de 200 adultos, através do programa de cooperativas. Estamos realizando um novo trabalho que é o combate à violência doméstica e à exploração do trabalho infantil por meio de programas de atendimento direto a famílias em situação de risco social. Então, essas são algumas ações que temos realizado. Sabemos que podemos combater a pobreza e constituir uma sociedade mais justa, mas, para isso, precisamos da participação de todos. Para finalizar, gostaria de citar uma frase do educador José Bernardo Toro, que resume brilhantemente o compromisso de todos nós aqui presentes: o agir ou não agir de cada um contribui para a formação e a consolidação da ordem em que vivemos. Se fomos capazes de criar o caos, também podemos sair dele. Somos capazes de criar uma ordem distinta. Obrigada.

Palavras do Sr. Carlos Augusto Araújo Cateb

Exmo. Sr. Presidente, eminentes pares dirigentes de entidades filantrópicas, Plenário, hoje constituído por pessoas que, efetivamente, por amor ao próximo, por respeito à cidadania, dedicam parte de suas vidas àqueles menos favorecidos desta nossa sociedade mineira.

A ASSPROM endossa todas as palavras da Dra. Ângela, e, evidentemente, para não ser repetitivo, não irei mencionar aquelas obras já declinadas. A homenagem que a ASSPROM e as demais entidades receberam no Estado de São Paulo, como reconhecimento nacional pelo trabalho executado também de forma transparente, clara, objetiva, desprendida de qualquer tipo de interesse pessoal dos dirigentes, significa um grito de alerta para este majestoso Estado de Minas Gerais.

Nós, a ASSPROM, em 24 anos, já colocamos no mercado de trabalho nada mais, nada menos do que 19 mil jovens, treinados, assistidos, orientados sob todos os aspectos. Mas, diante dessa política econômica degradante e que favorece exclusivamente os banqueiros, o nosso espaço, Sr. Presidente, está sendo reduzido. Isso acontece não só na ASSPROM, mas em todas as entidades preocupadas com a formação profissional, intelectual e técnica dessa juventude desamparada. A sociedade clama por maior assistência e espera que os Deputados escutem seu clamor.

Não quero transformar essa solenidade, que é por deveras importante, em revolução, mas não poderia deixar passar a oportunidade de dizer essas coisas. Estamos todos - funcionários e passageiros dirigentes da ASSPROM - profundamente aflitos com a situação que se nos depara no momento: a ASSPROM perdeu 22% dos postos de trabalho, inclusive nesta Casa, que também acolhe nossos garotos. Não podemos admitir isso.

É muito mais econômico para o Estado sustentar garotos nas entidades dedicadas a esse tipo de formação do que manter os presídios, a degradação, os meninos de rua, enfim, todo esse cenário de terror a que estamos assistindo. Não podemos culpar o jovem que está na rua por ser delinqüente. Temos que nos culpar a todos e, principalmente, as autoridades constituídas neste Estado.

Palavras do Sr. Alberto Luiz Gonçalves Soares

Sr. Presidente, demais membros da Mesa, ex-Deputado Ronan Tito, senhores e senhoras, represento a Presidente do CEPEP, Sra. Leticia Peres Santos Wandereley, que, por ordem médica, não pôde comparecer a esta reunião. Passou-me a incumbência de ler o discurso que havia preparado. (- Lê:)

"Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Centro Educacional Professor Estêvão Pinto, uma das entidades aqui hoje homenageadas, tem a sua origem intimamente ligada a esta Assembléia Legislativa. Reportando-nos aos registros de criação e fundação da instituição, encontramos a razão de sua constituição.

Na década de 50, existia nesta Assembléia uma verba orçamentária anual, destinada às instituições de assistência social, que era distribuída, a critério de cada membro do Legislativo, entre as diversas instituições do Estado.

O então Líder da bancada da UDN, Dr. Fabrício Soares, achava que a diluição desse recurso não estava apresentando resultado produtivo e palpável e, por essa razão, conclamou seus companheiros de partido a unir as dotações individuais com o objetivo de fundar uma sociedade que pudesse realmente, e de maneira transparente, prestar assistência a menores

necessitados.

Em 1956, a idéia foi bem acolhida por toda a bancada, e pudemos observar o desprendimento dos Deputados que, embora com evidente prejuízo, principalmente nas suas bases eleitorais, abraçaram uma causa mais pública, apolítica e social.

Essa deliberação encontrou campo para sua realização no seio de uma tradicional família mineira, a família do ilustre jurista Prof. Estêvão Pinto, que doou parte da chácara onde morava, no Bairro da Serra, para edificação da sociedade filantrópica a ser criada. Essa foi a concretização de uma parceria vitoriosa entre o poder público e a sociedade civil.

Após a tramitação de sua organização jurídica, a pedra fundamental foi lançada em agosto de 1958. A instituição foi denominada Centro Infantil Prof. Estêvão Pinto, e sua administração caberia a uma diretoria, cujo Presidente seria um membro da família, e a um conselho auxiliar, constituído por representantes do povo na Câmara Municipal de Belo Horizonte, nesta Assembléia Legislativa e no Congresso Nacional.

A primeira Presidente foi D. Dulce Pinto Rodrigues, filha do patrono, que presidiu a instituição por 28 anos, até 1984, quando veio a falecer.

O primeiro Conselho Auxiliar foi constituído pelos Deputados Federais Oscar Dias Corrêa, o pai, Milton Campos e Guilherme Machado. Estaduais: Fabrício Soares, José Cabral e Paulo Campos Guimarães. Vereadores: Gerardo Renault e Nilson Gontijo.

O Centro Infantil foi inaugurado em agosto de 1961, e a sua missão era a de dar assistência a 40 menores carentes, filhos de mães trabalhadoras do Bairro Serra. Outros nomes ocuparam esse Conselho Administrativo: Dnar Mendes, Milton Salles, Osvaldo Pierucetti, Rafael Nunes Coelho, Walton Goulart, Krisanto de Avelar Muniz, Carlos Horta Pereira, Carlos Murilo Felício dos Santos, Renato Mário de Avelar Azeredo, Côn. Antônio Pacheco, Manuel Taveira de Souza, José Monteiro de Castro, Pedro Aleixo, Ovídio de Abreu e Ulisses Escobar.

Com a mudança dos estatutos, em 1978, o Conselho Auxiliar passou a Conselho Administrativo, com novos critérios de composição: seus membros seriam escolhidos entre os associados da instituição.

Quando, em 1985, o saudoso Dr. Délio Ferreira Tavares assumiu a Presidência do Centro, foi realizado um audacioso projeto de expansão, que previa um aumento gradativo do número de atendimentos, de 80 para 600 crianças e jovens, e da extensão da faixa etária de 6 para 12 anos.

Hoje, o Centro Infantil passou a Centro Educacional Professor Estêvão Pinto, tendo em vista atender não apenas a crianças, mas também a adolescentes, e atende a 665 crianças e jovens dos 8 meses aos 16 anos de idade, procurando, por meio de ações efetivas, contribuir para a consolidação da cidadania, o estímulo à educação e à expansão de programas que ajudem a construir um Brasil que todos nós queremos ter num futuro bem próximo.

O Prêmio Bem Eficiente, que foi instituído pelo Prof. Stephen Kanitz, em 1996, significa a essência deste novo Brasil que estamos construindo. Este Prêmio, voltado para o terceiro setor, veio resgatar a credibilidade das iniciativas filantrópicas sérias, responsáveis e eficientes do nosso País.

Minas Gerais tem marcado presença significativa no "ranking" da filantropia. Entre as 50 melhores entidades do Brasil, de cada ano, estiveram, em 1997, CEPEP e FUNDAMAR; em 1998, o Fundo Cristão para Crianças, a Missão Ramacrishna e o Instituto Maria; em 1999, o Serviço Assistencial do Salão do Encontro, a Visão Mundial, a Associação Habitat para a Humanidade, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pará de Minas e o Centro Salesiano do Menor; em 2000, a AMAS, a ASSPROM e, novamente, como bicampeãs, a FUNDAMAR e o CEPEP.

Mas, Minas Gerais, pela índole e pelo hábito de nossa gente, pela herança de cultura e sangue, terá, com certeza, muitas outras centenas de entidades anônimas que também são merecedoras de prêmio pelo trabalho eficiente que praticam, pela iniciativa, persistência, inventividade e alto grau de compromisso com o resgate da cidadania.

Queremos agradecer ao Presidente desta Casa, Deputado Anderson Adatao, e a todos os ilustres parlamentares esta iniciativa de, em nome do povo de Minas, parabenizar-nos pela conquista do Prêmio Bem Eficiente 2000.

Mas, de público, queremos estender esta homenagem a todas as entidades que são, de fato, eficientes e nossas companheiras na batalha pela inserção do indivíduo em um contexto social mais digno e mais justo.

Finalmente, queremos ser intérpretes convictos de um apelo a toda a sociedade brasileira: não fechem os olhos para o seu entorno.

O processo degenerativo dos quadros humanos da nossa sociedade é inquietador e está a reclamar ações conjuntas. Esse quadro sombrio, mas real, está a exigir projetos competentes, que permitam recuperar esses contingentes humanos formados por nossos irmãos marginalizados.

Vamos agir!... Vamos fazer uma ciranda, vamos todos cirandar, pois a solidariedade é possível. Não se faz cozinha, não é tinta sem pincel. Somente todos reunidos pintaremos um lindo painel: verde, amarelo, branco e azul. Venha! Seja um pingo de tinta nesse painel do nosso Brasil de esperança. Letícia Pérez Santos Wanderley, maio de 2000".

Palavras do Sr. Túlio Vieira da Costa

O Prêmio Bem Eficiente, que nos traz aqui, vem sendo concedido há 4 anos e, até agora, só contemplou 200 entidades, 50 por ano. Algumas estão repetindo o prêmio.

Os presentes poderão perguntar: por que só 50 a cada ano? Por que só 4 de Minas, neste ano? Por que não aquelas que sabemos tão boas ou melhores do que as contempladas?

Meditando um pouco sobre o significado desse Prêmio, percebe-se o que realmente se pretende com ele. Cinquenta entidades são destacadas anualmente para que sobre elas recaiam as luzes dos holofotes da publicidade. A finalidade desse procedimento é fazer com que essa luz, ou os reflexos dela, iluminem toda a área do terceiro setor e sobre este se desenvolva a discussão sobre a importância das sociedades sem fins lucrativos que estão substituindo a ação do Estado incapaz. É uma provocação para o cidadão olhar em volta e descobrir outras entidades igualmente merecedoras do prêmio. Muitas dessas não foram contempladas simplesmente porque não concorreram. O destaque momentâneo de cinquenta entidades escrutinadas, examinadas, julgadas e proclamadas como as melhores, as mais bem dirigidas, chama a atenção da sociedade para dizer que no terceiro setor brasileiro labutam empresas idôneas e merecedoras de respeito. É só procurar.

A homenagem que estamos recebendo, acredito, está dentro desse contexto e, nesse sentido, a iniciativa de Kanitz & Associados merece o aplauso da sociedade e nosso agradecimento. Existem entidades filantrópicas idôneas em grande número espalhadas por todos os recantos do Brasil, e isto precisa ser divulgado para que o cidadão comum delas se aproxime, participe, fiscalize e as estimule. A repercussão do prêmio e a homenagem de hoje hão de contribuir para despertar o interesse da sociedade para o terceiro setor como um todo, e não apenas para os agraciados. Entre estes estão grandes e pequenos. Todos fazendo a sua parte.

O reconhecimento de que estamos fazendo a nossa parte, lembrada nesta solenidade, é o que faz desaparecer a nossa inibição e aceitá-la sem constrangimento.

Não podemos nos esquecer também que, merecedores de aplauso, muito mais dos que os dirigentes, são os que labutam no "front". São os dedicados funcionários e inúmeros voluntários que ali trabalham. Todos deverão estar tacitamente arrolados e listados como vencedores do Prêmio Bem Eficiente 2000 e creditados por todas as homenagens recebidas

pelos Diretores em nome da instituição.

Antes de encerrar este agradecimento, uma outra consideração que me parece pertinente. Os prêmios e louvores pelo dever cumprido aumentam consideravelmente a responsabilidade de quem o está exercendo. No caso de entidade filantrópica, o aplauso traz desconforto maior por se saber que o que se realiza está sempre aquém do que poderia ter sido feito. Por mais que se faça, as carências não acabam. Nem aqui nem em qualquer outra parte do mundo. Esse é o paradoxo da filantropia em nossa sociedade capitalista, lembrando que o socialismo, que tinha por finalidade a utopia do fim da desigualdade social, fracassou no mundo livre. Sempre haverá carentes e por isso a luta é contínua. A diferença em um País como o nosso, na fase em que estamos, é que, além de permanentes, as carências estão crescendo à medida que a população cresce.

Segundo Kanitz, 500 das maiores empresas do Brasil gastam por ano cerca de US\$3.000.000.000,00 em segurança e menos de US\$220.000.000,00 em filantropia. Segundo o mesmo pesquisador, as entidades filantrópicas analisadas por sua empresa nesses 4 anos atenderam menos de dois milhões de brasileiros. O número de brasileiros abaixo do nível de pobreza, ao que se diz, ultrapassa 40 milhões. Se as grandes empresas continuam gastando mais em segurança que em filantropia e o nível de pobreza continua crescendo, a sociedade brasileira tem que procurar caminhos para eliminar essas duas escandalosas distorções.

O caminho mais visível ao nosso alcance é o fortalecimento das instituições privadas que estão cuidando das carências sociais; é a estrada que estamos trilhando em parceria com o poder público e com outras entidades privadas. É o que eu queria dizer. Muito obrigado.

Entrega de Placas

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar aos homenageados placas comemorativas desta solenidade, com os seguintes dizeres: "A homenagem da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais pelo recebimento do Prêmio Bem Eficiente, que representa o reconhecimento público da excelência e da boa administração em suas atividades filantrópicas, fonte de esperança e de oportunidades de inserção social para centenas de famílias carentes da nossa população. Belo Horizonte, 25 de maio de 2000."

O locutor - Convidamos para receber a placa das mãos do Deputado Paulo Pettersen, que nesta oportunidade representa S. Exa. o Presidente da Assembléia, Deputado Anderson Aduino, em nome da AMAS, a Sra. Ângela Maria de Freitas Palmeira; em nome da ASSPROM, o Sr. Carlos Augusto Araújo Cateb; em nome do CEPEP, o Sr. Alberto Luiz Gonçalves Soares; e, em nome da FUNDAMAR, o Sr. Túlio Vieira da Costa.

- Procede-se à entrega das placas.

Apresentação do Coral Pequenos Cantores da Serra

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a apresentação do Coral Pequenos Cantores da Serra, do CEPEP, coreografado pelo Sr. Luiz Adelmo Gomide e regido pela Maestrina Suely Lauer, que cantará as seguintes músicas: Cãnone, de Mozart; Nesta Rua, do Maestro Carlos Alberto Pinto Fonseca; Amo-te Muito, de João Alves; Ao Cair de Uma Tarde Linda, do Maestro Carlos Alberto Pinto Fonseca; Atirei o Pau na Chica, de Amauri Vieira; e "Song Bridget", de Juan Tony Guzman.

- Procede-se à apresentação do coral.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião de debates de amanhã, dia 26, às 9 horas. Levanta-se a reunião.

ATA DA 93ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 24/5/2000

Presidência dos Deputados Anderson Aduino e Antônio Júlio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 38/2000 e do Projeto de Lei nº 40/99; aprovação - 2ª Fase: Acordo de Lideranças; decisão da Presidência - Discussão e Votação de Proposições: inexistência de "quorum" qualificado para a votação de propostas de emenda à Constituição - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 596/99; aprovação na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 1 a 4; prejudicialidade dos §§ 1º ao 4º do artigo contido na Emenda nº 1 - Discussão, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 109/99 e 831/2000; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 34/99; aprovação na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 52/99; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 134 e 278/99; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 532/99; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira - Agostinho Patrús - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Geraldo Rezende - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Ronaldo Canabrava - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Ronaldo Canabrava, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a discussão e a votação de pareceres.

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 38/2000, do Governador do Estado, que altera a redação do § 3º do art. 24, dos arts. 32 e 38 e do § 11 do art. 39 e revoga o art. 273 da Constituição do Estado e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. A promulgação.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 40/99, do Deputado Doutor Viana, que autoriza a negociação do valor de parcelas remuneratórias dos servidores a que se refere a Lei nº 10.470, de 15/4/91. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

- Vem à Mesa:

ACORDO DE LIDERANÇAS

A totalidade dos Líderes com assento nesta Casa acordam em que seja retirado da pauta desta reunião o Projeto de Lei Complementar nº 11/99.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência acolhe o acordo e determina o seu cumprimento.

Mesa da Assembléia, 24 de maio de 2000.

Anderson Aauto, Presidente.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que não há "quorum" qualificado para a votação de propostas de emenda à Constituição, mas há número regimental para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 596/99, dos Deputados Anderson Aauto e Sargento Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo a doar à Ação Feminina de Assistência Social do 4º Batalhão da Polícia Militar o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação das Emendas nºs 1 a 4. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 4, que receberam o parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Em virtude da aprovação do Substitutivo nº 1 e da Emenda nº 3, ficam prejudicados os §§ 1º ao 4º do artigo contido na Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 596/99 na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 1 a 4. A Comissão de Fiscalização Financeira.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aauto) - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 109/99, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o DER-MG a doar à Sociedade São Vicente de Paulo imóvel que menciona. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. A Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 831/2000, do Governador do Estado, que reduz para 12% a alíquota do ICMS nas operações internas com medicamentos genéricos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. A Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 34/99, do Deputado Carlos Pimenta, que institui a garantia do controle do nível de aflatoxinas em alimentos destinados ao consumo humano em ações de órgãos públicos. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1, 2 e 3, que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 34/99 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 3. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 52/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Estado a doar ao Município de Conceição da Aparecida o imóvel que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 52/99 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 134/99, do Deputado Ermano Batista, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Frei Gaspar. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 278/99, do Deputado Bené Guedes, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Vieiras o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 532/99, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre normas a serem observadas na promoção e fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeios. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 532/99 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

O Sr. Presidente - Persistindo a falta de "quorum" qualificado para a votação das propostas de emenda à Constituição, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão especial para emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2000

Às dez horas do dia quatro de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Antônio Carlos Andrada e Cristiano Canêdo, membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença do Deputado Chico Rafael. Havendo número regimental, o Presidente em exercício, Deputado Antônio Carlos Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, Deputado Antônio Carlos Andrada, informa que a reunião se destina a apreciar o parecer. A seguir, o Presidente em exercício, também relator da proposição, solicita prazo regimental para emitir seu parecer. Em seguida, a Presidência passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Cristiano Canêdo em que solicita seja realizada reunião com a presença dos representantes de entidades de classe (FIEMG, CDL, FAEMG, FEDERAMINAS e Federação do Comércio), bem como das Secretarias da Fazenda e do Planejamento e de entidades correlatas, para debaterem a matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2000.

Cristiano Canêdo, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 35ª REUNIÃO Ordinária da comissão de meio ambiente e recursos naturais

Às quinze horas e quinze minutos do dia dez de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Cabo Morais, Maria José Hauelsen e Ailton Vilela (substituindo este ao Deputado Carlos Pimenta, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Cabo Morais, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria José Hauelsen, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e que designou o Deputado Adelino de Carvalho relator do Projeto de Lei nº 921/2000, no 1º turno, e avocou a si a relatoria do Projeto de Lei nº 899/2000, no 1º turno. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições sujeitas à deliberação da Comissão. O Presidente submete a discussão e votação, em turno único, o Projeto de Lei nº 816/2000 (relator: Deputado Glycon Terra Pinto), o qual é aprovado. A seguir, submete a votação o Requerimento nº 1.342/2000, que é aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2000.

Cabo Morais, Presidente - Maria José Hauelsen - Glycon Terra Pinto - Carlos Pimenta.

ATA DA 38ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde

Às nove horas e trinta minutos do dia onze de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, Miguel Martini, Pastor George e Dimas Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Carlos Pimenta e Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Edson Rezende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, o Presidente faz a leitura da correspondência e solicita ao Deputado Edson Rezende que analise a questão. Prosseguindo, o Presidente faz a distribuição das seguintes proposições: Projeto de Lei nº 792/2000 ao Deputado Cristiano Canêdo; Projeto de Lei nº 856/2000 ao Deputado Dimas Rodrigues e Projeto de Lei nº 857/2000 ao Deputado Edson Rezende. Ato contínuo, a Presidência passa à discussão e à votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia. Prosseguindo, o Presidente redistribui, para parecer no 1º turno, o Projeto de Lei nº 46/99 ao Deputado Edson Rezende, que, estando em condições de proferir o seu parecer, conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir, o Presidente redistribui o Projeto de Lei nº 798/2000, no 1º turno, ao Deputado Pastor George, que, estando em condições de emitir o seu parecer, conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado. Faz uso da palavra para discutir, o parecer, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Submetido a votação, é o parecer aprovado. A seguir, o Presidente passa a palavra ao Deputado Dimas Rodrigues, relator do Projeto de Lei nº 844/2000, no 1º turno, mediante o qual conclui pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada. Submetido a discussão e a votação, é o parecer aprovado. A seguir, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Submetido a discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 791/2000 (relator: Deputado Cristiano Canêdo). Prosseguindo, o Presidente submete a votação, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 1.287, 1.302, 1.311, 1.312 e 1.317/2000, que são aprovados. Ato contínuo, a Presidência passa à discussão e à votação de proposições da Comissão. O Deputado Edson Rezende apresenta requerimento em que solicita audiência pública com convidados que menciona, para debater o tema "Controle de Infecção Hospitalar". Submetido a votação, é o requerimento aprovado. O Presidente passa a direção dos trabalhos ao Deputado Pastor George, para apresentar requerimento de sua autoria. O Deputado Miguel Martini solicita sejam enviadas ao Presidente da BHTrans, como conclusão da audiência pública realizada em 4/5/2000, as reclamações relativas à negligência na concessão do passe livre para deficientes e solicita, ainda, sejam fornecidas informações sobre as providências tomadas. Ao retomar os trabalhos, o Presidente, Deputado Miguel Martini, informa que a reunião se destina a debater o tema "Atendimento de Urgência e Emergência na Região Metropolitana de Belo Horizonte" e convida, para tomarem assento à mesa, os Srs. Helvécio Miranda Magalhães, representando o Secretário da Saúde; Luciana Parizzi, Coordenadora do Serviço de Urgência e Emergência da Secretaria Municipal de Saúde; Celso Mello Azevedo, Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte; Paula Martins, representando o Diretor do Hospital das Clínicas, e Luciano Wagner Reis, da Secretaria de Saúde. A seguir, o Presidente passa a palavra ao Deputado Edson Rezende, autor do requerimento que motivou o convite. Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao Sr. Helvécio Miranda Magalhães, que ilustra sua exposição com transparências. Prosseguindo, o Presidente passa a palavra aos convidados na ordem acima mencionada, conforme consta nas notas taquigráficas. Participam dos debates todos os parlamentares presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2000.

Miguel Martini, Presidente - Edson Rezende - Cristiano Canêdo - Pastor George - Dimas Rodrigues.

ATA DA 33ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às dezesseis horas e quinze minutos do dia quinze de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Miguel Martini (substituindo este ao Deputado Irani Barbosa), Rêmoló Aloise e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença dos Deputados Sargento Rodrigues e Cabo Morais. Havendo número regimental, na ausência do Presidente, o Vice-Presidente, Deputado Mauro Lobo, assume a Presidência, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rêmoló Aloise, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, Deputado Mauro Lobo, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de parecer sobre proposição sujeita a apreciação do Plenário. O Deputado Rêmoló Aloise, relator do Projeto de Resolução nº 916/2000, emite seu parecer pela aprovação do projeto, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno com a Emenda nº 1, o qual é discutido pelos Deputados presentes. Ato contínuo, o Presidente, Deputado Mauro Lobo, faz a leitura da Emenda nº 2 à redação do vencido no 1º turno do Projeto de Resolução nº 916/2000, de autoria do Deputado Amilcar Martins, a qual é discutida pelos Deputados Miguel Martini, Rogério Correia e Rêmoló Aloise, cada um por sua vez. Colocado o parecer em votação, é ele aprovado. Logo a seguir, a Emenda nº 2 é colocada em votação e é rejeitada pela Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2000.

Márcio Cunha, Presidente - Miguel Martini - Rêmoló Aloise - Mauro Lobo.

ATA DA 37ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Às dez horas do dia dezesseis de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivo José, Agostinho Silveira, Luiz Menezes e Ronaldo Canabrava, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivo José, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Canabrava, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, o Presidente procede à leitura de ofício do Sr. Otacílio Ferreira da Costa, Presidente da Federação das Associações Comunitárias, Culturais, Esportivas e Beneficentes de Minas - FACEBEM -, publicada na edição do "Diário do Legislativo" do dia 5/5/2000, e informa que, nos termos da Deliberação da Mesa nº 1.876/2000, a Comissão indicará dez pessoas físicas ou jurídicas para serem agraciadas com a Medalha Especial Brasil 500 Anos. O Presidente distribui ao Deputado Luiz Menezes os Projetos de Lei nºs 191 e 775/99; ao Deputado Agostinho Silveira, os Projetos de Lei nºs 202/99 e 937/2000, e ao Deputado Ronaldo Canabrava, os Projetos de Lei nºs 303 e 603/99. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições sujeitas à deliberação conclusiva da Comissão. O Presidente submete a discussão e votação, e são aprovados em turno único, os Projetos de Lei nºs 811, 824/2000 com a Emenda nº 1 e 833/2000, (relator: Deputado Ronaldo Canabrava). Prosseguindo, submete a votação o Requerimento nº 1.334/2000, que é aprovado. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do dia, com a discussão e a votação de proposição da Comissão. O Deputado Ivo José transfere a Presidência ao Deputado Ronaldo Canabrava e apresenta dois requerimentos em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão com a finalidade de se discutirem as consequências, para os beneficiários, do processo de reestruturação do INSS, no Estado de Minas Gerais; seja realizada audiência pública desta Comissão com os Conselheiros e Delegados Regionais da Ordem dos Músicos do Brasil, Seção de Minas Gerais, para discutir o papel da referida ordem. Colocados em votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. Reassumindo a Presidência, o Deputado Ivo José submete a discussão e votação, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 693, 731, 779, 781/99, 793, 807, 808, 809 e 814/2000, que são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2000.

Ivo José, Presidente - Amílcar Martins - Agostinho Silveira - Ronaldo Canabrava.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão Especial de Programas de Combate à Prostituição Infantil

Às quinze horas do dia dezesseis de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Genaro, Cristiano Canêdo e Carlos Pimenta, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Genaro, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a votação e a aprovação do requerimento do Deputado Carlos Pimenta, em que solicita convidar os Srs. Sérgio Cardoso Motta, Secretário Adjunto de Estado da Assistência Social da Criança e do Adolescente, José Geraldo de Freitas Drumond, Reitor da UNIMONTES, e José Francisco da Silva, Secretário Adjunto de Direitos Humanos da Secretaria de Estado da Justiça, para comparecerem a reunião da Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2000.

Antônio Genaro, Presidente - Carlos Pimenta - Luiz Tadeu Leite - Cristiano Canêdo.

ATA DA 6ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de CPI das Licitações

Às quinze horas e trinta minutos do dia dezesseis de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Miguel Martini, Antônio Andrade, Eduardo Hermeto e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Andrade, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir o Conselheiro João Bosco Murta Lages, Presidente da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e, em seguida, solicita ao Deputado Antônio Andrade que proceda à leitura das seguintes correspondências: do Sr. João Bernardo Pacheco, Presidente em exercício da Fundação Educacional Caio Martins - FUCAM -, informando que a Fundação, desde janeiro de 1995, não empenhou processo com dispensa ou inexigibilidade de licitação; Ofício nº61, de 4/5/2000, do gabinete do Sr. David Márcio Santos Rodrigues, Diretor-Geral do Instituto de Geociências Aplicadas - IGA -, através do qual encaminha documentação requerida pela CPI; do Sr. Maurício Guedes de Mello, Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, respondendo às informações solicitadas pela CPI a respeito do relatório sobre obras realizadas pela Construtora Mello Azevedo para o Governo do Estado, desde 1995. A Presidência convida o Sr. João Bosco Murta Lages a tomar assento à mesa. Nesse momento, o Deputado Rogério Correia retira-se do recinto. O Sr. João Bosco Murta Lages, com a palavra, faz sua explanação e responde aos questionamentos formulados pelos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Miguel Martini, Antônio Andrade e Eduardo Hermeto, conforme consta nas notas taquigráficas. Com a palavra, o Deputado Miguel Martini apresenta três requerimentos nos quais solicita seja enviado ofício ao Sr. Sylo da Silva Costa, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, pedindo a apuração da dispensa da licitação para a contratação de serviços de publicidade através da Agência Perfil Promoções e Publicidade Ltda., para o anúncio do fim da moratória do Estado, em fevereiro de 2000; sejam convidados, para prestar depoimento à CPI, o Superintendente-Geral da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, o Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, o Presidente da Administração de Estádios de Minas Gerais, o Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais e o Superintendente da Fundação Ezequiel Dias; sejam convidados, para prestar depoimento à CPI, os Srs. José Eustáquio Beraldo Teixeira, perito do CREA-MG, João Lopes Batista, engenheiro civil, o Tenente Rogério Aparecido Soares Ribeiro, perito do CEDEC e o Coronel Ivon Borges Martins, ex-diretor do DER-MG. Após, o Deputado Antônio Andrade apresenta requerimento em que solicita seja enviado ofício ao Sr. Sylo da Silva Costa, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, pedindo que envie à CPI a relação dos processos, no âmbito do Estado, em que foram encontradas irregularidades, quer os licitatórios, quer os de dispensa ou inexigibilidade de licitação, nos últimos cinco anos. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e do convidado, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2000.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Miguel Martini - Antônio Andrade - Bené Guedes - Olinto Godinho.

ATA DA 36ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Às dez horas do dia dezesseis de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, Dalmo Ribeiro Silva e Agostinho Patrús (substituindo este ao Deputado Antônio Carlos Andrada, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião, comunica que o que o Deputado José Milton não se encontra presente por motivos de saúde e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir sugestões do Sr. Mário de Assis, Presidente da Federação das Associações de Pais e Alunos das Escolas Estaduais de Minas Gerais, que visam melhorar o ensino e a atual estrutura escolar, e apreciar a matéria constante na pauta. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva lê ofícios do Secretário da Educação, informando sobre a liberação de recursos para a aquisição de móveis e equipamentos pelas escolas estaduais; do Sr. Paulo Rogério dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, e dos Delegados Regionais de Ensino que compõem o Pólo Mata, hipotecando solidariedade ao Sr. Carlos Henrique Leal Porto, da Secretaria da Educação, responsável pelo FUNDEF. O Presidente informa que, em 15/5/2000, avocou a si a relatoria do Projeto de Lei nº 536/99 e designou o Deputado Eduardo Brandão para relatar os Projetos de Leis nºs 538/99 e 818/2000; o Deputado Dalmo Ribeiro Silva para relatar a Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 587/99 e o Projeto de Lei nº 945/2000; o Deputado José Milton para relatar o Projeto de Lei nº 800/2000; e o Deputado Antônio Carlos Andrada para relatar os Projetos de Leis nºs 892 e 952/2000. Esgotada a matéria destinada à 1ª Parte da reunião, o Presidente passa à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, relator da Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 587/99, emite parecer pela aprovação da matéria. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Na ausência do Deputado Antônio Carlos Andrada, relator do Projeto de Lei nº 854/2000, o Presidente redistribui a matéria ao Deputado Agostinho Patrús, que emite parecer por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. A seguir, o Presidente passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições de deliberação conclusiva da Comissão. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os Projetos de Lei nºs 639/99 (relator: Deputado José Milton), 730/99 (relator: Deputado Eduardo Brandão) e 839, 848 e 895/2000 (relator: Deputado Antônio Carlos Andrada). Prosseguindo, o Presidente submete a votação os Requerimentos nºs 1.293, 1.294, 1.306, 1.307, 1.309, 1.310, 1.321, 1.335, 1.347, 1.350, 1.351, 1.366 e 1.377/2000, os quais são aprovados. Dando sequência, o Presidente passa à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. São aprovados requerimentos do Deputado Chico Rafael, solicitando a realização de reunião para se debater a regulamentação da Lei nº 3.411 de 1999, de sua autoria; do Deputado Rogério Correia, solicitando a realização de reunião para se debater a política de informática no Estado; e da Deputada Elbe Brandão, solicitando a realização de reunião para se debater o plano de carreira dos professores universitários da rede pública estadual. O Presidente submete a discussão e votação a redação

final do Projeto de Lei nº 840/2000, a qual é aprovada. Esgotada a matéria constante na pauta, o Presidente passa à fase dos debates e concede a palavra ao Sr. Mário de Assis, para que faça sua explanação; ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que motivou a reunião, e aos demais presentes, a saber: Srs. Maurício Inácio Cavalcanti Vieira, da Associação do Colégio Estadual Central; Giovanni de Melo Viotti, da Associação da Escola Estadual do Instituto Agrônomico; Leandro Augusto Lacerda Campos, da Escola Estadual Maestro Villa Lobos; e Carla Maria Lacerda Campos Silvino, da Associação da Escola Estadual Leopoldo de Miranda. Segue-se amplo debate, conforme consta nas notas taquigráficas. Após a manifestação final dos presentes e cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2000.

Sebastião Costa, Presidente - Antônio Carlos Andrada - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 43ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às nove horas e trinta minutos do dia dezessete de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Luiz Tadeu Leite, Marcelo Gonçalves e Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão. Encontra presente também o Deputado Durval Ângelo. Havendo número regimental, a Presidenta, Deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Tadeu Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência procede à leitura da seguinte correspondência: comunicado do Líder do PMDB, Deputado Paulo Pettersen, indicando o Deputado Adelino de Carvalho como membro suplente desta Comissão, conforme publicado no "Diário do Legislativo" em 11/5/2000; denúncia encaminhada a esta Comissão pelo Sr. César Figueiredo Dias, em que solicita as providências cabíveis ao caso; carta do Juiz de Direito da Vara de Execuções Criminais de Belo Horizonte, Dr. Cássio de Souza Salomé, solicitando cópia de depoimento da Sra. Maria Caiafa, realizado durante a reunião desta Comissão do dia 10/5/2000; convite da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e do Conselho Municipal de Assistência Social, para comemorar a regulamentação da Lei das Parcerias, que muda a prestação de serviços da Prefeitura de Belo Horizonte; carta do Sr. Fernando José Ramos, denunciando que foi vítima de torturas praticadas pelo Detetive Elcimar Geraldo da Silva e pedindo providências; carta do Sr. Wilson Justiniano Gomes, solicitando ajuda desta Comissão para que volte a ter lotação na Penitenciária de Unai, já que a Diretoria da Penitenciária o colocou à disposição, junto com outros 4 guardas penitenciários, sem nenhum motivo; carta do detento Joaquim de Souza Melo, informando que está sofrendo perseguições por ter denunciado caso de espancamento e morte de preso e pedindo ajuda desta Comissão; ofícios do Procurador da República em Minas Gerais, Dr. Álvaro Ricardo de Souza Cruz, encaminhando relatório antropológico e documentos relativos ao povo indígena kaxixó, que vem pleiteando junto à Fundação Nacional do Índio a efetiva aplicação dos direitos que lhes são assegurados pela Constituição da República, e material de divulgação do Seminário Direito à Diferença: o Índio e o Negro no Estado Democrático, a realizar-se nos dias 22 a 26 de maio; ofício da Sra. Ângela Maria Prata Pace Silva de Assis, Secretária da Justiça e de Direitos Humanos, informando que o Requerimento nº 1.004/99, que solicita a criação de programa estadual de atendimento volante, equipado para atendimento médico, psicológico e de assistência social a menores de rua, foi encaminhado à Secretária de Estado do Trabalho, Assistência Social, da Criança e do Adolescente, conforme publicado no "Diário do Legislativo" em 11/5/2000; carta do detento Geraldo Henrique de Oliveira, solicitando sua transferência para que possa cumprir pena próximo à sua família; ofício do Promotor de Justiça Curador dos Direitos Humanos da Comarca de Betim, solicitando a segurança necessária, pelo sistema de proteção às testemunhas e vítimas, aos Srs. João Luiz Pereira, Washington Luiz Pereira e seus familiares; carta do detento Lindomar Silvério Ferreira, denunciando estar sendo vítima de perseguição por parte de policiais civis, estar sendo espancado e necessitando de tratamento, por ser epiléptico. Ato contínuo, a Deputada Maria Tereza Lara informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos, a pedido do Deputado Durval Ângelo, sobre fatos que vêm ocorrendo, segundo denúncia da Comissão Pastoral de Direitos Humanos, nos arredores da Av. Alfredo Balena, onde fiscais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a PMMG estão perseguindo, desrespeitando e apreendendo, sem nenhuma ordem ou mandado judicial, as mercadorias dos trabalhadores de economia informal, e a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à fase de discussão e votação de matéria sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia. Submetido a discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 797/2000 (relator: Deputado Marcelo Gonçalves) na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 apresentada. Passa-se à fase de discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. É aprovado requerimento do Deputado Luiz Tadeu Leite, em que solicita o adiamento da votação do Requerimento nº 1.357/2000. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nº 1.358, 1.359 e 1.378 a 1.380/2000. Registra-se, neste momento, a chegada do Deputado João Leite, que passa a presidir a reunião. Em seguida, são aprovados, cada um por sua vez, os Requerimentos nº 1.381 e 1.382/2000. A seguir, passa-se à fase de discussão e votação de proposições da Comissão. São aprovados os seguintes requerimentos: da Deputada Maria Tereza Lara, solicitando sejam enviados dois consultores desta Comissão a Brasília para acompanhar a realização da V Conferência Nacional de Direitos Humanos, a ser realizada nos dias 24, 25 e 26 de maio próximos; do Deputado Marcelo Gonçalves, em que solicita seja solicitada à bancada mineira da Câmara Federal a elaboração de projeto de lei que estabeleça a obrigatoriedade de instalação, na rede bancária de todo o País, de equipamentos especiais para atendimento a deficientes visuais; em que solicita seja enviado ao Diretor Regional das Empresas de Correios e Telégrafos - ECT -, cópia do projeto Postal Braille, de autoria do Sr. Mário Alves de Oliveira, para que esse órgão verifique a possibilidade de implantação do programa. O Deputado João Leite passa a Presidência à Deputada Maria Tereza Lara, em virtude de apreciação de matéria de sua autoria. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado João Leite, em que solicita sejam indicados os nomes das entidades mencionadas para serem agraciadas com a Medalha Especial Brasil 500 anos. A Deputada Maria Tereza Lara retorna a Presidência ao Deputado João Leite. A Presidência convida a compor a Mesa as seguintes pessoas: Major Amauri Lopes Machado, representando o Cel. PM Severo Augusto da Silva Neto, Comandante de Policiamento da Capital; Srs. Luiz Fernando Carceroni, Diretor do Departamento de Controle Urbano da Administração Regional Centro-Sul, representando o Sr. Wagner Caetano, Administrador da Administração Regional Centro-Sul, Israel Arimar de Moura, Coordenador de Fiscalização da Administração Regional Centro-Sul; William dos Santos, Representante da Comissão Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de Belo Horizonte. Registra-se a presença das seguintes pessoas: Marco Teotônio Medina, Hérica Rangel Portela, José Carlos Machado da Silva, Lourdes Marie. Em seguida, a Presidência passa a palavra ao Deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que originou esta reunião, para suas considerações iniciais. Em seguida, a palavra é concedida aos demais parlamentares presentes e aos componentes da Mesa, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência prorroga a reunião por 30 minutos para ouvir as seguintes pessoas, que formulam denúncias à Comissão, conforme consta nas notas taquigráficas: Wilson Santana, Elias Gonçalves da Silva, Carlos José Patrocínio, Petrolina Barbosa e Sayonara Barbosa de Andrade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2000.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Marcelo Gonçalves - Luiz Tadeu Leite.

ATA DA 37ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Às dez horas do dia dezessete de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dimas Rodrigues, Paulo Piau, Ailton Vilela e João Batista de Oliveira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dimas Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Batista de Oliveira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir o Deputado Sávio Souza Cruz, Líder do Governo, nesta Casa, sobre a política do Governo para a agricultura e a pecuária mineiras e apreciar matérias constantes na pauta. Verificada a ausência do convidado, a Presidência procede à leitura de comunicado do Presidente da Comissão Executiva do XIII Congresso Mundial da Carne, Sr. Gilman Viana Rodrigues, informando que os assuntos relativos à Feira Internacional da Cadeia Produtiva da Carne passarão a ser tratados com a Empresa Dipemar Ltda., situada em São Paulo, e informa que nos termos do art. 135, § 1º do Regimento Interno, designou o Deputado João Batista de Oliveira para relatar o Substitutivo nº 2 ao Projeto de Lei nº 445/99, do Deputado Edson Rezende, no 1º turno, o qual dispõe sobre a implantação de agrovilas no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Encerrada a 1ª Parte dos trabalhos, o Presidente passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. Em seguida, submete a votação, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 1.360, 1.363 e 1.368/2000, da Comissão; 1.365/2000, do Deputado Paulo Piau; e 1.372/2000, do Deputado Doutor Viana, os quais são aprovados. Ato contínuo, o Deputado Paulo Piau apresenta requerimento em que solicita que a visita da Comissão à região do Triângulo para se discutir o Plano Diretor de Irrigação da Bacia do Baixo Rio Grande, em audiência pública, conforme requerimento de sua autoria já aprovado, seja realizada no dia 6/6/2000, no Município de Conceição das Alagoas. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Em seguida, o Deputado Dimas Rodrigues passa a Presidência ao Deputado Paulo Piau e apresenta requerimento em que solicita seja convidado o Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para comparecer a reunião da Comissão a fim de prestar informações sobre a política do Governo para a agricultura e a pecuária mineiras e prestar informações sobre a visita da comitiva técnica japonesa ao Projeto Jaíba. Colocado em votação, é aprovado o requerimento. O Deputado Dimas Rodrigues reassume a Presidência, agradece o comparecimento dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2000.

Dimas Rodrigues, Presidente - João Batista de Oliveira - Paulo Piau - Márcio Kangussu - Ailton Vilela - Carlos Pimenta.

ATA DA 34ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dezessete de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Márcio Cunha, Rêmolo Aloise, Rogério Correia, Carlos Pimenta (substituindo este ao Deputado Mauro Lobo, por indicação da Liderança do PSDB) e Sebastião Costa (substituindo este ao Deputado Eduardo Hermeto, por indicação da Liderança do PFL), membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença da Deputada Elbe Brandão e dos Deputados Durval Ângelo e Ailton Vilela. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Márcio Cunha, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. A seguir, informa que houve distribuição de matéria a relatores, cabendo, em 2º turno, ao Deputado Miguel Martini os Projetos de Lei nºs 88 e 365/99; ao Deputado Márcio Cunha, os Projetos de Lei nºs 157 e 185/99; ao Deputado Rogério Correia, os Projetos de Lei nºs 283, 530 e 531/99; ao Deputado Olinto Godinho, o Projeto de Lei nº 162/99; ao Deputado Mauro Lobo, os Projetos de Lei nºs 332 e 482/99; e ao Deputado Rêmolo Aloise, o Projeto de Lei nº 593/99; em 1º turno, o Projeto de Lei nº 844/99, a emenda apresentada em Plenário ao Projeto de Lei nº 627/99, (relator: Deputado Rogério Correia) e as emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei nº 596/99 (relator: Deputado Eduardo Hermeto). Passa-se a 1ª fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de parecer sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela aprovação, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 109/99 (relator em virtude de redistribuição: ao Deputado Carlos Pimenta); e 915/2000 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 2, da Comissão de Administração Pública, 922/2000 (relator em virtude de redistribuição: Deputado Sebastião Costa). Ao contínuo, o Deputado Rogério Correia, relator do Projeto de Lei nº 785/2000, emite parecer pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1; na fase de discussão do parecer, o Deputado Sebastião Costa solicita vista da matéria, pedido que é deferido pelo Presidente. Passa-se a 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Colocado em votação, é aprovado o Requerimento nº 1.367/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2000.

Márcio Cunha, Presidente - Ambrósio Pinto - Mauro Lobo - Rogério Correia.

ATA DA 39ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Às quinze horas e quinze minutos do dia dezessete de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Álvaro Antônio, Bilac Pinto, Dinis Pinheiro e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Álvaro Antônio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bilac Pinto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e dá ciência do recebimento de ofício dos Srs. Iraci de Assis e Wilson Reis Couto, Presidente e Diretor de Relações Públicas, respectivamente, do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte. O Presidente informa, ainda, o recebimento das seguintes proposições, bem como os relatores a que foram distribuídas: Projeto de Lei nº 12/99 (relator: Deputado Ivair Nogueira); Projeto de Lei nº 160/99 (relator: Deputado Dinis Pinheiro); Projeto de Lei nº 362/99 (relator: Deputado Bilac Pinto) e Projeto de Lei nº 450/99 (relator: Deputado Bilac Pinto). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Em seguida, o Deputado Bilac Pinto lê seu parecer, que conclui pela rejeição do Projeto de Lei nº 450/99. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. São aprovados, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 1.352/2000, da Comissão de Educação, e 1.356/2000, do Deputado Chico Rafael. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Colocados em votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimento do Deputado Álvaro Antônio em que solicita seja encaminhado cópia do ofício da Câmara Municipal de Araçuaí ao DER-MG, para providências cabíveis, e o relatório que contém as considerações sobre o Relatório de Inspeção Técnica realizado pelo Ministério dos Transportes sobre o acidente ocorrido em 20/3/2000 com o trem da Ferrovia Centro -Atlântica, próximo à Estação de General Carneiro, o qual conclui sejam encaminhadas cópias do referido relatório às instituições que menciona para providências cabíveis. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2000.

Álvaro Antônio, Presidente - Dinis Pinheiro - Bilac Pinto - Ivair Nogueira.

ATA DA 39ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde

Às nove horas e trinta minutos do dia dezoito de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, Miguel Martini, Pastor George, Cristiano Canêdo e Dimas Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Encontra-se presente, também, o Deputado Hely Tarquínio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Edson Rezende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, o Presidente designa o Deputado Cristiano Canêdo para emitir parecer sobre emenda apresentada ao Projeto de Lei nº 11/99; o Deputado Edson Rezende como relator dos Projetos de Lei nºs 167, 168 e 646/99; o Deputado Pastor George como relator do Projeto de Lei nº 372/99; e o Deputado Cristiano Canêdo como relator do Projeto de Lei nº 681/99. A seguir, o Presidente passa à discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. A Presidência redistribui o Projeto de Lei nº 789/2000, no 1º turno, ao Deputado Edson Rezende, que, estando em condições de emitir o seu parecer, este o faz, mediante o qual conclui pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. A seguir, o Presidente passa a palavra ao Deputado Dimas Rodrigues, relator do Projeto de Lei nº 909/2000, no 1º turno. Na fase de discussão, o Deputado Miguel Martini apresenta proposta de emenda. Nesse ínterim, o Deputado Miguel Martini passa a direção dos trabalhos, regimentalmente, ao Deputado Pastor George. O Presidente submete a discussão e votação o parecer, salvo a proposta de emenda, o qual é aprovado. A seguir, submete a votação a proposta de emenda do Deputado Miguel Martini, a qual é aprovada. Ademais, solicita, nos termos do § 1º do art. 138 do Regimento Interno, que se elabore a nova redação do parecer. Aprovada esta, o Presidente solicita que os parlamentares a subscrevam. Fica aprovado o parecer sobre o Projeto de Lei nº 909/2000 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, e com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas por esta Comissão. Após, o Presidente passa à discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário e submete a discussão e votação o Projeto de Lei nº 812/2000, em turno único. O Deputado Edson Rezende apresenta requerimento, em que solicita o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 812/2000, nos termos do art. 247 do Regimento Interno. Submetida a votação, é a matéria aprovada. A seguir, o Presidente submete a votação, em turno único, o Requerimento nº 1.374/2000, o qual é aprovado. A seguir, o Presidente passa à discussão e votação do Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 427/2000, o qual é aprovado. Após, a Presidência passa à discussão e votação de proposições da Comissão. O Deputado Pastor George apresenta requerimento, em que pede seja formulado convite ao Deputado Federal Carlos Mosconi, relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 169, com a finalidade de se discorrer sobre a importância dessa e sobre a sua tramitação. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Edson Rezende apresenta requerimento, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Dr. Alcino Lázaro da Silva pelo seu recente ingresso na Academia Brasileira de Medicina. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Edson Rezende apresenta requerimento, em que pleiteia seja feita uma visita da Comissão à Fundação presidida pelo Dr. Alcino Lázaro da Silva. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. O Deputado Hely Tarquínio apresenta requerimento, em que solicita seja elaborado anteprojeto pela Comissão, para a criação do Instituto de Cirurgia Geral e Pesquisa, atendendo a proposta do médico e professor Alcino Lázaro da Silva, titular da cadeira de Cirurgia do Aparelho Digestivo da UFMG. Submetido a votação, é o requerimento aprovado. O Presidente, Deputado Miguel Martini, informa que a reunião se destina a ouvir o Dr. Alcino Lázaro da Silva sobre a fundação de entidade de cirurgia e pesquisa, em fase de constituição. A seguir, passa a palavra ao Deputado Edson Rezende, autor do requerimento que motivou o convite. Após, o Presidente passa a direção dos trabalhos ao Vice-Presidente, Deputado Pastor George. Após a exposição do convidado, participam dos debates todos os parlamentares e o Dr. Orestes Bráz Petrillo, da Área de Saúde e Assistência da Assembléia Legislativa, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2000.

Miguel Martini, Presidente - Edson Rezende - Dimas Rodrigues - Pastor George.

ATA DA 8ª REUNIÃO Ordinária da CPI do Narcotráfico

Às quinze horas do dia dezoito de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marcelo Gonçalves, Marco Régis, Paulo Piau, Rogério Correia, José Henrique e Ailton Vilela (substituindo este ao Deputado Carlos Pimenta, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marcelo Gonçalves, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir o depoimento do Maj. PM Benedito Moreira de Souza, ex-Diretor da Penitenciária de Ipaba, e a tratar de assuntos de interesse da Comissão. O Deputado José Henrique lê as seguintes correspondências: ofício do Sr. Reginaldo Bastista Avelar, Prefeito Municipal de Pedra de Maria da Cruz, colocando-se à disposição para depor em reunião da Comissão, e ofício do Ten.-Cel. Aviador José Pompeu dos Magalhães Brasil Filho, Chefe do Terceiro Serviço Regional de Aviação Civil, informando não constar dos arquivos do departamento nenhuma informação a respeito da chegada, em Montes

Claros, do Delegado de Polícia Élber Machado Cordeiro. A seguir, são apresentados e aprovados dois requerimentos: o primeiro, do Deputado Rogério Correia, solicitando sejam afastados de suas funções os Srs. Tarcísio Ângelo de Castro e Eliana de Castro Medeiros, respectivamente, Diretores de Segurança e de Reeducação dos Presos da Penitenciária de Ipaba, seja quebrado o sigilo bancário e fiscal desses e seja realizada uma reunião no referido município; o segundo, dos membros da Comissão, solicitando seja quebrado o sigilo bancário e fiscal das pessoas e empresas constantes do relatório da Polícia Federal denominado "Conexão Croácia", desenvolvido a pedido da INTERPOL. A seguir, o Presidente lê os quesitos legais pertinentes à Comissão e aos que nela depõem, concede a palavra ao intimado para suas considerações iniciais, ao relator e aos membros da Comissão para seus questionamentos. Segue-se o interrogatório, conforme consta nas notas taquigráficas. A requerimento do Deputado Paulo Piau, devidamente aprovado, o Presidente transforma a reunião em secreta. Reabertos os trabalhos e cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2000.

Marcelo Gonçalves, Presidente - Paulo Piau - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - José Henrique.

ATA DA 22ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil, comparecem no Fórum Dr. Pedro Aleixo, no Município de Contagem, os Deputados Doutor Viana e Cristiano Canêdo (substituindo este ao Deputado Arlen Santiago, por indicação da Liderança do PTB), membros da supracitada Comissão. Encontra-se presente também o Deputado Durval Ângelo, 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, representando o Deputado Anderson Aduato, Presidente. O Presidente da Comissão, Deputado Doutor Viana, declara aberta a reunião e procede à leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos parlamentares presentes. A seguir, informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, o Projeto de Lei Complementar nº 17/99, do Tribunal de Justiça, que contém a organização e a divisão judiciárias do Estado. São convidados a compor a Mesa os Srs. Tibagy Salles Oliveira, Juiz Presidente do Tribunal de Alçada; Elpidio Nunes Donizete, Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros-AMAGIS -; Nádia de Souza Campos, Diretora da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais; Francisco Corrêa Neto, Juiz Diretor do Foro de Contagem; Ten.-Cel. Antônio Fiúza Gomes, Comandante do 18º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais; Ten.-Cel. William de Paula Eduardo, representando o 7º Comando da Polícia Militar de Minas Gerais; Marco Aurélio Assis Davis, Promotor de Justiça, representando a Diretoria do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público; Antônio Carlos Gama, ex-Presidente da Subseção da OAB de Contagem; Sandra Margareth Silvestrini de Souza, Presidente do Sindicato dos Servidores de 1ª Instância; Armando Dias e Lígia Corrêa Araújo, respectivamente, Procurador-Chefe e Diretora da Defensoria Pública de Minas Gerais, e Antônio José Calhau, Consultor da Assembléia Legislativa. Com a palavra, o Deputado Durval Ângelo destaca a importância de se ampliar o debate sobre o Projeto de Lei nº 17/99. Abre-se a fase de debates, dos quais participa o público, que, na oportunidade, apresenta diversas sugestões, que visam subsidiar o parecer do relator, Deputado Chico Rafael. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2000.

Doutor Viana, Presidente - Sebastião Navarro Vieira - Edson Rezende - Miguel Martini.

ATA DA 19ª REUNIÃO Extraordinária da CPI do Narcotráfico

Às dezessete horas do dia vinte e quatro de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marcelo Gonçalves, Paulo Piau, Rogério Correia, José Henrique e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marcelo Gonçalves, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Piau, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. O Presidente comunica o falecimento do Sr. Mário Ubaldino Pereira, pai do Sr. André Ubaldino Esteves, Promotor da 12ª Vara Criminal da Capital, e formula, em nome dos membros da Comissão, voto de profundo pesar. Prosseguindo, informa que a reunião se destina a tratar de assuntos da Comissão e ouvir depoimentos. O Deputado Rogério Correia apresenta requerimentos em que solicita sejam ouvidos o preso Charles Leandro das Dores e as pessoas relacionadas no caso da Penitenciária de Ipaba. São aprovados os requerimentos. O Presidente, a seguir, determina que seja chamado o depoente Charles Leandro das Dores, dá ciência dos procedimentos legais pertinentes às CPIs e concede a palavra ao relator, Deputado Rogério Correia, e aos demais membros. Segue-se o depoimento, conforme notas taquigráficas. Ao final do interrogatório, cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2000.

Marcelo Gonçalves, Presidente - Rogério Correia - José Henrique - Sargento Rodrigues.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 143ª reunião ordinária, em 30/5/2000

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção da reunião para o prosseguimento dos trabalhos e encerramento do Ciclo de Debates Minas Gerais e os Transgênicos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e de requerimentos.

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada, que acrescenta parágrafo ao art. 36 da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28/99, do Deputado José Braga, que dá nova redação ao art. 31, II, da Constituição Estadual. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30/99, do Deputado Márcio Cunha, que altera a composição do Conselho de Defesa Social. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31/99, do Deputado Eduardo Hermeto, que acrescenta o § 3º ao art. 163 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 11/99, do Deputado Mauro Lobo, que acrescenta parágrafo ao art. 152 da Lei nº 869, de 5/7/1952, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Rêmoló Aloise opinou pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 32ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10 horas do dia 30/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 22/2000, do Deputado Pastor George.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 915/2000, do Deputado Durval Ângelo; 596/99, do Deputado Anderson Aduino e do Deputado Sargento Rodrigues; 593/99, do Deputado Miguel Martini; 587/99, do Deputado Eduardo Hermeto; 531/99, do Deputado Paulo Piau.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 553/99, do Deputado Sargento Rodrigues; 638/99, do Deputado João Batista; 650/99, da Deputada Maria Olívia; 703/99, dos Deputados Adelmano Carneiro Leão e Ivo José; 785/2000, do Governador do Estado; 801/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 819/2000, da Deputada Maria Tereza Lara e da Deputada Elaine Matozinhos; 838/2000, do Deputado João Paulo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 39ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 10 horas do dia 30/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 303/99, da Deputada Maria Olívia; 937/2000, da Comissão de CPI do IPSM.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 191 e 202/99, da Deputada Maria Olívia; 775/99, da Deputada Elaine Matozinhos.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 866/2000, do Deputado Arlen Santiago; 889/2000, do Deputado Luiz Menezes; 905/2000, do Deputado Marcelo Gonçalves; 906/2000, do Deputado Wanderley Ávila; 907/2000, do Deputado Ivo José; 911/2000, do Deputado Hely Tarquínio; 912/2000, da Deputada Elaine Matozinhos; 920/2000, do Deputado Alberto Bejani; 925/2000, do Deputado João Batista de Oliveira.

Requerimentos nºs 1.394/2000, da Comissão de Direitos Humanos; 1.397/2000, do Deputado Chico Rafael; 1.401/2000, do Deputado João Batista de Oliveira; 1.404/2000, da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social.

Finalidade: apreciar a matéria constante na pauta e ouvir, em audiência pública, representantes de diversas entidades, que irão discutir as consequências, para os beneficiários, do processo de reestruturação do INSS, no Estado de Minas Gerais.

Convidados: Srs. Afonso Ligório de Faria, Superintendente Estadual do INSS-MG; Márcio Soares Pereira, Gerente Executivo do INSS-MG; Cleuza Maria Faustino do Nascimento e Sandra Lúcia Rafacho, diretoras do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social, Saúde, Previdência, Trabalho e Assistência Social em Minas Gerais - SINTISPREV -; Marcos Barbonaglia da Silva, Presidente da Associação dos Auditores Fiscais de Contribuições Previdenciárias de Minas Gerais - ANFIP- e Solange Guimarães Garofolo Araújo, Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Previdência Social - SINDIFISP.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 45ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 31/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 25/2000, dos Deputados Rogério Correia e Durval Ângelo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.390 a 1.393/2000, da Comissão de Direitos Humanos; 1.395/2000, do Deputado João Leite.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 39ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 31/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter informações sobre a política do Governo para a agricultura e a pecuária mineira e sobre a visita da comitiva técnica japonesa ao Projeto Jaiba.

Convidados: o Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Raul Belém, e o Líder do Governo nesta Casa, Deputado Sávio Souza Cruz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 39ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 31/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 24/2000, do Governador do Estado; Projetos de Lei nºs 589/99, do Deputado Chico Rafael; 938/2000, da CPI do IPSM.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 148/99, do Deputado Antônio Carlos Andrada; 193/99, do Governador do Estado; 298/99, do Deputado Mauro Lobo; 389/99, do Deputado Pastor George; 411/99, do Deputado Eduardo Brandão; 479/99, do Deputado Alberto Bejani; 520/99, do Deputado Ermano Batista; 592/99, do Deputado Mauro Lobo; 606/99, do Deputado Agostinho Silveira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.405/2000, da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social; 1.407/2000, do Deputado Sávio Souza Cruz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 14ª reunião ordinária da comissão de CPI do Sistema Financeiro, a realizar-se às 14h30min do dia 31/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Sr. Geraldo Lemos Filho, Diretor-Presidente do Banco Emblema e acionista minoritário do BEMGE quando da sua privatização, e um representante do Banco Pactual S.A., de São Paulo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão de Comissão Especial do Rio São Francisco, a realizar-se às 14h30min do dia 31/5/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir a transposição das águas do Rio São Francisco.

Convidados: Secretários de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e do Planejamento e Coordenação Geral; Prefeitos Municipais de Buritizeiro, de Ibiaí, de Itacarambi, de Januária, de Manga, de Matias Cardoso, de Pedras de Maria da Cruz, de Pirapora, de Ponto Chique, de Riachinho, de Santa Fé de Minas, de São Francisco, de São Romão, Presidentes das Associações dos Municípios do Médio São Francisco - AMMESF - e do Alto São Francisco - AMASF -; Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM -; Presidente da Fundação João Pinheiro; Presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE - AMAMS -; Reitores da UFMG, da UNIMONTES e da UEMG; Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM -; Superintendente da CODEVASF em Minas Gerais; Diretor-Superintendente da SUDENOR; Presidente da Companhia de Navegação do Rio Francisco - FRANAVE -; Superintendente de Administração da Hidrovia do São Francisco; Presidentes das Câmaras Municipais de Buritizeiro, de Ibiaí, de Itacarambi, de Januária, de Manga, de Matias Cardoso, de Pedras de Maria da Cruz, de Pirapora, de Ponto Chique, de Riachinho, de Santa Fé de Minas, de São Francisco e de São Romão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da CPI do Fundo SOMMA, a realizar-se às 9h30min do dia 1º/6/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. Sebastião dos Reis Batista, Diretor da Micro Empresa - ME -; Mauro José de Oliveira, Diretor da Construmil - Construtora e Terraplanagem Ltda.; Dirceu Martins Júnior, Diretor da FR Engenharia Ltda., e Rubens Correia, Diretor Comercial da Poli Engenharia Ltda.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 15 horas do dia 1/6/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 30/5/2000, destinada ao prosseguimento do Ciclo de Debates Minas Gerais e os Transgênicos.

Palácio da Inconfidência, 29 de maio de 2000.

Anderson Adatao, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Dalmo Ribeiro Silva, Eduardo Brandão e José Milton, membros da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; Márcio Cunha, Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Irani Barbosa, Olinto Godinho, Rêmolo Aloise e Rogério Correia, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 31/5/2000, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer ao Projeto de Lei nº 978/2000, do Governador do Estado, que altera o art. 11 da Lei nº 13.458, de 12/1/2000.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2000.

Sebastião Costa, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2000

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Glycon Terra Pinto, Cristiano Canêdo, Luiz Tadeu Leite e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 31/5/2000, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2000.

Ermanno Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Titular do DER-MG

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Agostinho Silveira, Djalma Diniz, Luiz Fernando Faria e Paulo Pettersen, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 31/5/2000, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2000.

Hely Tarquínio, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Dalmo Ribeiro Silva, Eduardo Brandão e José Milton, membros da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; Márcio Cunha, Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Irani Barbosa, Olinto Godinho, Rêmolo Aloise e Rogério Correia, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada em 31/5/2000, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer ao Projeto de Lei nº 978/2000, do Governador do Estado, que altera o art. 11 da Lei nº 13.458, de 12/1/2000.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2000.

Sebastião Costa, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2000

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Andrada, Antônio Júlio, Arlen Santiago e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/6/2000, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar e votar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2000.

Rogério Correia, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 889/2000

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

O Deputado Luiz Menezes, por meio do projeto de lei em tela, pretende seja declarada de utilidade pública a Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores, com sede no Município de Belo Horizonte.

Uma vez examinada pela Comissão de Constituição e Justiça e por esta considerada jurídica, constitucional e legal, na forma apresentada, a proposição vem agora a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do disposto no art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A Congregação das Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores foi fundada em 27/6/22, com o objetivo de criar, congregar, dirigir e manter instituições que implementem a beneficência, a promoção humana, a saúde, a educação, a cultura e a evangelização.

Embora a assistência social seja uma das prioridades do Estado, de acordo com o art. 2º da Constituição mineira, ele, muitas vezes, por motivos de força maior, não consegue exercer esse papel. E, devido a essas lacunas, entendemos serem oportunas as ações da sociedade civil no desempenho do ideal filantrópico.

Conceder à referida entidade o título declaratório de utilidade pública é reconhecer sua contribuição para a melhoria das condições de vida de seus assistidos.

Conclusão

Em vista do aduzido, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 889/2000 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2000.

Agostinho Silveira, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 782/99

Relatório

De autoria do Deputado Bené Guedes, o Projeto de Lei nº 782/99 cria o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor de Cana-de-Açúcar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Após publicação, a matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Política Agropecuária e Agroindustrial e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno. A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da proposição. Vem, agora, o projeto a esta Comissão para que possa ser apreciado em seus aspectos de mérito.

Fundamentação

A criação de um programa de incentivo à pequena produção de cana-de-açúcar em Minas Gerais, objetivo precípuo do projeto em tela, é medida bastante auspiciosa para o setor sucro-alcooleiro do Estado. Como se sabe, a cadeia produtiva da cana-de-açúcar - que envolve, entre outros segmentos, os de produção e de comercialização de cachaça, álcool e açúcar - engloba atividades extremamente significativas para a economia mineira. Além disso, o programa contém um importante componente social, já que se pretende beneficiar propriedades de até 250ha, o que configura um alto potencial de geração de emprego e renda nas regiões envolvidas, a um custo relativamente baixo.

Se analisarmos apenas a contribuição do programa para a produção de álcool, já teremos elementos para afirmar que o projeto é bastante louvável. O Brasil é o maior produtor e também o maior consumidor de álcool combustível do mundo. Na década de 80, 98% dos automóveis produzidos no país eram movidos a álcool hidratado. Atualmente, esse índice não chega a 2%, mas a demanda por esse derivado da cana é crescente, já que o álcool anidro é adicionado à gasolina, nas refinarias e nas distribuidoras de combustível, na proporção de 25%. Além dos aspectos econômicos que envolve, a utilização do álcool como combustível, diretamente ou adicionado à gasolina, contribui para a proteção do meio ambiente, por se tratar de uma fonte de energia renovável e menos poluente da atmosfera

Outro ponto positivo do projeto é que o incentivo previsto para custeio de despesas de preparo do solo, plantio, colheita e transporte será concedido mediante o repasse direto dos valores aos produtores, de acordo com o tamanho da propriedade. Os incentivos representam valores de 1.000 UFIRs para propriedades de até 100ha, de 1.500 UFIRs para propriedades de 101ha a 150ha e de 2.000 UFIRs para propriedades de 151ha a 250ha.

O projeto prevê, como fonte de financiamento do programa, recursos financeiros do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural - FUNDERUR - e de dotações orçamentárias da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA - ou de entidades a ela vinculadas. Determina, ainda, que a fiscalização da aplicação dos recursos seja realizada pela EMATER ou por órgão indicado pela SEAPA.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 782/99, no 1º turno.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2000.

Dimas Rodrigues, Presidente - Ailton Vilela, relator - Paulo Piau - Márcio Kangussu.

Parecer para o 1º turno do Projeto de Resolução Nº 1.017/2000

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria da Mesa da Assembléia, o projeto de resolução em epígrafe estabelece condições para a realização de concurso público e dispõe sobre o Curso de Formação Introdutória à Carreira de Servidor da Assembléia Legislativa - CFAL.

Publicada em 12/5/2000, a proposição foi distribuída à Mesa da Assembléia para, nos termos do art. 195, c/c o art. 79, VIII, "a", do Regimento Interno, receber parecer.

Fundamentação

O projeto de resolução em exame busca estabelecer regras para os procedimentos para o ingresso, mediante concurso público, no quadro de pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa. A proposição apresenta alguns pontos importantes que merecem destaque. O art. 3º, por exemplo, fixa regras que visam proteger os direitos dos postulantes aos cargos, evitando-se que o concurso se prolongue por período indeterminado, fato que, uma vez concretizado, tende a gerar ansiedade injustificável entre os concorrentes.

Entre as inovações, entretanto, a mais importante diz respeito à reformulação nos instrumentos de formação do futuro servidor da Assembléia. A partir de uma criteriosa avaliação da experiência pioneira do Curso Preparatório para Admissão à Assembléia - CPAL -, realizado nos anos de 1998 e 1999, buscou-se o aperfeiçoamento dos mecanismos existentes, de forma a contemplar tanto as necessidades de rigor no processo de formação de pessoal para a Casa quanto a avaliação dos futuros servidores efetivos. A redução do período de instrução e da carga horária até então prevista sem perda de qualidade no processo de seleção de servidores é um dos parâmetros utilizados na concepção de um novo curso de formação.

Obedecendo ao comando expresso no § 4º do art. 41 da Constituição da República, com a redação que lhe foi dada pela Emenda à Constituição nº 19, de 1998, procurou-se vincular o processo de aquisição de estabilidade a procedimentos objetivos de avaliação de desempenho dos servidores aprovados em concurso público. Essa deve ser uma das funções do CFAL, a ser definida em normas específicas.

A proposição, deve-se ressaltar, está de acordo com o que dispõe a Constituição do Estado. À Mesa da Assembléia compete, privativamente, nos termos do art. 66, I, "d", da Carta Estadual, iniciar o processo legislativo no que se refere à organização e funcionamento da Assembléia Legislativa. Quanto ao mérito da matéria, pelos motivos já expostos neste parecer, consideramos ser o projeto relevante e necessário.

Alguns aspectos do projeto merecem, no entanto, alguns reparos, para que não parem dúvidas quanto a seu significado.

Como o CFAL está diretamente vinculado à avaliação especial de desempenho para fins de efetivação, parece-nos necessário estabelecer que o curso deverá ser concluído, em qualquer hipótese, no período do estágio probatório. Para isso, propomos, pela Emenda nº 1, alteração no § 2º do art. 9º.

Por meio da Emenda nº 2, sugerimos alteração de termo constante no parágrafo único do art. 11, para possibilitar a melhor compreensão do dispositivo.

A Emenda nº 3, que altera o "caput" do art. 13, visa evitar ambigüidade na interpretação desse artigo. O CFAL destina-se apenas aos servidores que venham a ser nomeados a partir da data de publicação da nova resolução, uma vez que os atuais servidores efetivos da Assembléia já cumpriram, no seu processo de ingresso, todas as exigências legais e regulamentares até então vigentes. Com a alteração proposta, torna-se desnecessário o art. 15, razão pela qual sugerimos, na mesma emenda, a sua supressão.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução n.º 1.017/2000 com as Emendas nºs 1 a 3, a seguir apresentadas.

Emenda nº 1

Dê-se ao § 2º do art. 9º a seguinte redação:

"Art. 9º -

§ 2º - O servidor nomeado após o prazo de que trata o "caput" deste artigo cursará, dentro do prazo de seu estágio probatório, as disciplinas correspondentes ao curso, em período e condições definidas pela Escola do Legislativo."

Emenda nº 2

Substitua-se, no parágrafo único do art. 11, o termo "horário" pelo termo "cronograma".

Emenda nº 3

Dê-se ao "caput" do art. 13 a seguinte redação, suprimindo-se o art. 15:

"Art. 13 - A participação nas atividades do CFAL é requisito para o desenvolvimento na carreira do servidor nomeado em decorrência de aprovação em concurso público homologado após a publicação desta resolução."

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 25 de maio de 2000.

Anderson Aduino, Presidente - Durval Ângelo, relator - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira.

Parecer sobre o substitutivo nº 2, apresentado em plenário, ao Projeto de Lei Nº 445/99

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Relatório

De autoria do Deputado Edson Rezende, o Projeto de Lei nº 445/99 dispõe sobre a implantação de agrovilas no Estado e dá outras providências.

A proposição foi apreciada pelas Comissões de Constituição e Justiça, de Política Agropecuária e Agroindustrial e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria com as Emendas nºs 1 a 7. A Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou, e pela prejudicialidade das Emendas nºs 1 a 7, que foram contempladas nesse substitutivo. A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária emitiu parecer pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1 e apresentou-lhe as Emendas nºs 8 e 9.

Durante a fase de discussão no 1º turno, o projeto recebeu, em Plenário, o Substitutivo nº 2, que vem, agora, a esta Comissão para receber parecer. Cumpre-nos, portanto, opinar sobre o assunto.

Fundamentação

Conforme pronunciamento anterior desta Comissão, entendemos que a implantação de agrovilas condominiais, na forma proposta no projeto, é medida bastante oportuna e meritória. Trata-se de experiência bem sucedida em outros Estados da Federação, responsável pela geração de emprego e renda nos municípios onde foi estabelecida.

Na fase de discussão nas Comissões, a proposição recebeu uma série de propostas de alterações, por meio de emendas e do Substitutivo nº 1, desta Comissão. O Substitutivo nº 2, do Deputado Edson Rezende, o qual ora analisamos, incorpora as sugestões mais significativas anteriormente apresentadas.

Além disso, o novo substitutivo altera 4ha para 10ha a área mínima a ser alienada ou concedida a cada beneficiário. Segundo informações de instituições envolvidas em projetos dessa natureza, o tamanho muito reduzido dos lotes de algumas agrovilas já implantadas comprometeu seu aproveitamento econômico, acabando por inviabilizar o próprio assentamento.

Outra modificação relevante é a inclusão do Instituto de Terras de Minas Gerais - ITER -, criado recentemente, na Comissão responsável pelo cadastramento das famílias beneficiárias, a ser instituída em cada município.

Ao final do parecer, estamos propondo as Emendas nºs 10 a 13 ao Substitutivo nº 2, com a finalidade única de aprimorar dispositivos específicos, sem, contudo, alterar-lhes o conteúdo.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 445/99 na forma do Substitutivo nº 2, com as Emendas nºs 10 a 13, a seguir apresentadas, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 9. Com a aprovação do Substitutivo nº 2 com as emendas que lhe foram apresentadas, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 a 9.

EMENDA Nº 10

Dê-se ao § 3º do art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º -

§ 3º - A agrovila deverá ser instalada em local com disponibilidade hídrica suficiente para garantir o abastecimento público e as atividades econômicas."

EMENDA Nº 11

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

"Art. 2º - O núcleo urbano da agrovila deverá contar com os equipamentos sociais e de infra-estrutura básica necessários ao assentamento das famílias beneficiárias, tais como, escola, centro comunitário, galpão para armazenagem de produtos e equipamentos, entre outros."

EMENDA Nº 12

Acrescente-se o seguinte art. 7º:

"Art. 7º - No planejamento das agrovilas serão levados em consideração os aspectos regionais e as habilidades e conhecimentos dos assentados, de forma participativa."

EMENDA Nº 13

Dê-se ao art. 9º a seguinte redação:

"Art. 9º - Após cinco anos da instalação da agrovila, as benfeitorias passam a integrar o patrimônio da cooperativa respectiva."

Sala das Comissões, 24 de maio de 2000.

Dimas Rodrigues, Presidente - João Batista de Oliveira, relator - Márcio Kangussu - Paulo Piau - Aílton Vilela.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

Aviso de Licitação

Convite nº 37/2000 - Objeto: aquisição de materiais de informática. Licitantes vencedoras: CCS Informática Ltda. (subitem 1.1), Lopes e Rubinger Informática Ltda. (subitens 1.2 e 1.3), Companhia do Micro Ltda. (subitem 1.4) e Deltatronic Comércio e Representações Ltda. (subitens 1.5 e 1.6).

ERRATA

OFÍCIOS

Na publicação do resumo de ofícios verificada na edição de 27/5/2000, na pág. 55, col. 4, onde se lê:

"Do Sr. Carlos Brandão", leia-se:

"Do Sr. Carlos Branjão".